

Nos bastidores da história: o contato entre índios e negros no século XVIII¹

*Marcel Mano*²

*Daniella Santos Alves*³

Resumo: O artigo assenta-se no estudo de parte de uma documentação histórica referente à região do atual Triângulo Mineiro, com vistas a contribuir para a reconstituição do panorama etnográfico e histórico do contato entre índios e negros na região. A partir de sucessivas interpretações e análises do material coletado objetivamos pôr em evidência uma complexa rede de identidades e alteridades no eixo das coexistências e das sucessões espaço-temporais entre os Kayapó meridionais e os negros fugidos da escravidão. Para tanto, o diálogo fecundo entre Antropologia e História respalda a interpretação das fontes coletadas nos arquivos e bibliotecas.

Palavras-chave: Contato. Identidade. Relações interétnicas.

Abstract: The article is based on the study of part of a historical documentation related to the current Triângulo Mineiro's region, in order to contribute to the rebuilding of the ethnographic and historical panorama of the contact between Indians and Africans in the region. As from successive interpretations and analyzes of the material collected we scrutinize by in evidence a complex network of identities and alterities in the axis of the coexistences and successions spatiotemporals between the southern Kayapós and the blacks escaped of slavery. Thus, the fruitful dialogue between Anthropology and History supports the interpretation of the sources collected in the archives and libraries.

Keywords: Contact. Identity. Interethnic relations.

¹ O presente artigo apresenta dados de pesquisa alcançados com desenvolvimento de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq.

² Doutor em Antropologia, é professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFU/CNPq) e atualmente é mestranda no PPGCS - UFU.

Dos mitos à reconstrução histórica

As discussões concernentes à construção de aspectos fundantes de uma identidade brasileira ainda são repletas de ambiguidades. Entre elas a ideia de uma miscigenação étnica que, a despeito dos fatos concretos sobre os quais se deram as relações entre negros, índios e brancos, foi por muito tempo apresentada como afável

e igualitária por uma historiografia tradicional. Felizmente, há tempos se sabe que no trato corriqueiro tais relações nem sempre se apresentavam de maneira compatível com o discurso que delas se fez. A miscigenação foi, antes, fruto do choque entre lógicas culturais distintas cujo universo da sociabilidade foi ocupado de maneira dispare e assimétrica por negros, “brancos” e índios⁴.

Seja pela perspectiva de documentos oficiais, quadros de leis, literatura científica ou gêneros literários, a imagem perpetuada, durante anos, restrin-

giu a participação de índios e negros na construção do Brasil, ou, quando os incorporou, não o foi pela própria lógica deles. Nas suas diferentes visões, a mestiçagem⁵ ora deu na fábula da relação harmoniosa entre brancos, índios e negros na construção da sociabilidade brasileira; ora nas formas e nos conteúdos de resistência histórica de índios e negros contra a hegemonia branca. Quando muito, as discussões se restringiram ora às relações entre “brancos” e negros e ora às relações “brancos” e índios, dando pouco ou quase nenhuma ênfase às relações entre índios e negros. O fato, portanto, é que negros e índios, parcelas até então silenciadas, compartilharam experiências que só agora estão sendo objeto de estudos sistemáticos por parte da Antropologia e da História⁶.

⁴ Os termos índio, negro e branco são, bastante imprecisos, pois, a depender da legislação da época e do contexto concreto no qual se davam as relações de contato, eles poderiam incorporar sujeitos de diferentes estratos da sociedade colonial, não se referindo necessariamente a uma matriz étnica homogênea. Sabe-se, por exemplo, que a legislação da época fazia clara distinção entre índio aldeado e índio livre; entre negros escravos, negros forros e negros fugidos; entre brancos reinóis, bastardos e mestiços etc. Por isso, os três termos não se traduzem em uma suposta pureza étnica e nem resumem a real diversidade étnica e societária do Brasil colônia. Mas apesar disso, esses termos têm a vantagem de, quando usados na documentação, indicar a posição diferenciada de cada de um desses coletivos no contexto sociopolítico, econômico e cultural que está sendo narrado e, por isso, optou-se aqui por usá-los, mesmo ciente de suas imprecisões.

⁵ Segundo Guimarães (1988), o texto de Von Martius “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicado pela Revista do IHGB. (Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845), é o primeiro a lançar as bases para o mito das três raças. Inserido no momento de busca de uma história que tomasse o passado comum a todos os brasileiros para poder fundar uma nação recém independente, nele Von Martius propôs pensar a formação do povo brasileiro com base na miscigenação das três raças: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e a preta ou ethiópica”. Porém, filho de seu tempo, ele interpreta a miscigenação e a mestiçagem com base nas ideias de superioridade e inferioridade das raças, cuja consequência para interpretar o Brasil e sua história foi, correlato ao racismo e ao preconceito, a ausência da participação de índios e negros como sujeitos históricos conscientes. Para maiores informações Cf.: GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro 1(1) 1988.

⁶ CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. Negros e índios e índios e negros:

Talvez seja por essa proeminência da relação a partir dos “brancos” que, do ponto de vista das discussões sobre a identidade brasileira, sempre prevaleceram visões românticas ou alegóricas com relação a esses outros. Talvez seja por isso que a historiografia local, quando se preocupou com as relações de contato na região em foco, apontou somente para as relações das tropas coloniais com os Kayapó meridionais. E mesmo aí, por duas tendências já superadas⁷. A primeira foi crer nas “alegorias da colonização” construídas para opor os Kayapó (selvagens) aos não índios (civilizados). A segunda foi criar a imagem idílica do Kayapó indefeso ante o avanço colonial. Em ambas as visões, esses índios não aparecem como sujeitos históricos conscientes, e por isso mesmo estão sendo superadas. No lugar da fábula, até certo ponto reducionista, da miscigenação, deve brotar uma análise mais complexa que considere, na sua dimensão histórica, os processos de interpenetração e interseções, de coexistências espaciais e sucessões temporais nas tramas reais de relações entre esses índios e seus diferentes outros. Assim, a sociedade, a cultura e a história colonial não poderão ser entendidas como o resultado sincrético da miscigenação

étnica, ou como mera substituição de um modo de vida tradicional por um incipientemente capitalista.

Situado nesse ponto, o presente artigo pretende, então, apresentar parte de uma bibliografia e documentação histórica referente à região do atual Triângulo Mineiro nos séculos XVIII, com vistas a contribuir para a reconstituição do panorama etnográfico e histórico do contato entre índios e negros. Espera-se, sobretudo, colocar em evidência parte de uma complexa rede de identidades e alteridades entre os Kayapó⁸ meridionais e os negros fugidos da escravidão.

Como se observa, não só pela escassez de trabalhos na área o tema é espinhoso, mas porque também coloca em relação coletivos afros e índios, representados muitas vezes de maneira alegórica. Outros autores⁹ já observaram que a narração oficial desses contatos foi marcada por uma ideologia colonial, e por isso mesmo delimitou um papel hegemônico ao branco, ao passo que negros e índios só agora estão sendo colocados em relação entre si. Para isso, faz-se imprescindível um diálogo entre duas áreas do conhecimento que por muito tempo ficaram apartadas: Antropologia e História.

introdução. In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin *et. al.* *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011, p. 7-22.

⁷ MANO, Marcel. Relações interétnicas e a história do contato: negros, índios e brancos no Triângulo Mineiro. In: *CD Room VI Seminário Racismo e Educação & V Seminário de Gênero, Raça e Etnia*. Uberlândia, 2010.

⁸ Segundo Terence Turner a designação Kayapó literalmente em Tupi significa como macaco. Contudo seu etnonimo é “Mebengokre” que significa literalmente “gente do espaço dentro da (s) ou entre a(s) água(s)” (TURNER, 1992, p. 311).

⁹ NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. In: *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

Encontros e desencontros: perspectivas antropológicas e históricas

Os principais estudos em Antropologia, desenvolvidos pelos paradigmas funcionalistas e estruturalistas, partiam de uma perspectiva atemporal, considerando o espaço e não o tempo no cerne de sua análise. De fato, segundo Carneiro da Cunha “um presente etnográfico”¹⁰. Nesse sentido, a Antropologia aprofundava-se nos estudos sincrônicos em detrimento aos diacrônicos. Do lado da História, durante anos a construção dos documentos escritos, via de regra, representou o discurso oficial marcado por um pensamento hegemônico entremeadado de preconceitos. Esse distanciamento entre Antropologia e História negligenciou a importância seminal das minorias étnicas como sujeitos históricos conscientes.

Há três décadas, entretanto, a História aproxima-se do objeto da Antropologia: o outro. E a Antropologia incorpora a História e a historicidade em suas análises. Assim, a leitura de documentos passa a considerar a perspectiva de segmentos e parcelas sociais até então marginalizadas, submetendo-as a uma exegese antropológica da alteridade. De maneira tal que a Antropologia age com um novo panorama teórico, epistêmico e metodológico, incorporando em sua análise documen-

tos escritos e orais para fins de validade histórica.

Do ponto de vista teórico e metodológico, este artigo apoia-se, sobretudo, no antropólogo Marshall Sahlins¹¹ e no historiador Carlo Ginzburg¹², haja vista que ambos elucidam, substancialmente, esse diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História. O historiador analisa, por exemplo, em seu conhecido trabalho – *O queijo e os vermes* – um longo processo da inquisição contra um moleiro do Friuli na Itália do século XVI. Por meio desses processos, ele reconstrói e reconstitui o modo de vida e a visão de mundo de um homem comum, portanto descobre nos documentos uma alteridade perdida que o processo inquisitório quis apagar. Para empreender essa análise, Ginzburg salienta a necessidade de conhecer os resíduos fatuais, indícios e pistas, num exercício que permite ir dos vestígios a quadros e mosaicos completos. Com base nisso, por meio do paradigma indiciário que propõe esse autor, é possível compreender nos meandros, nos caminhos do dito ao não dito, uma leitura dos documentos oficiais para conhecer a perspectiva de índios e negros.

Por sua vez, Sahlins, também com

¹⁰ CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 11.

¹¹ SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história no reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

¹² GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989, p. 143-179.

base numa documentação, a do capitão Cook e de sua tripulação quando aportaram no século XVIII no Havaí, observa e pondera mudanças históricas e estruturais nas relações de contato entre os havaianos. Sua primeira proposição é a de que a história é culturalmente ordenada, isto é, num primeiro momento “a história é organizada por estruturas de significação”¹³. Porém, num segundo momento, o choque do contato instaura novos elementos que permitem a transformação das estruturas simbólicas. Assim, tal como a história é culturalmente ordenada, a cultura também é historicamente determinada.

Com base nessas premissas, parte de uma historiografia colonial brasileira tem lutado, como afirma J. Monteiro¹⁴, para sair da camisa de força teórica conceitual ditada pelos ditames do capitalismo comercial e reinterpretar o papel dos índios na História. Em alguns casos, os trabalhos têm mostrado as transformações indígenas no contexto do contato como sendo também um modo de sua reprodução. Isso é: a partir de seu enquadramento na lógica de um novo sistema, sob a luz de uma ação política e histórica consciente eles foram capazes de transformar e rearticular seus valores e culturas e, assim, de se reinterpretarem para permanecerem índios. Mesmo que identificados como

“índios aldeados”, categoria que Almeida¹⁵ usa para os aldeamentos do Rio de Janeiro colonial; ou como “índio cristão”, que Carvalho Junior¹⁶ descobre no antigo Estado do Grão Pará durante os séculos XVII e XVIII, os trabalhos atuais na linha da história indígena têm contribuído para superar as dicotomias entre índios puros e impuros, aculturação e resistência, estrutura e evento.

Situado no ponto que nos interessa, o estudo sobre as relações históricas de contato entre índios e negros deve, então, incorporar um misto de cultura e história, de permanência e mudança. Há, de um lado, uma preocupação antropológica em entender como figuravam nas representações, nas lógicas de comparações e nos modos de ação dos Kayapó meridionais e dos negros fugidos da escravidão, as alteridades com as quais estavam em contato no século XVIII. Mas, coexiste uma preocupação histórica, afinal, se objetiva buscar pistas de como esses contatos afetaram suas lógicas e suas ações com seus diferentes outros.

Assim, o cenário histórico do século XVIII, marcado documentalmente pelos processos de ocupação colonial da região do atual Triângulo Mineiro, registra uma constante e sangrenta guerra do poder oficial contra os Kayapó e

¹³ SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas*: estrutura nos primórdios da história no reino das Ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 27.

¹⁴ MONTEIRO, John M. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹⁵ ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

¹⁶ CARVALHO JUNIOR, Almir D. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). *Revista de História* São Paulo n° 168, p. 69-99, jan/jun 2013.

negros aquilombados no Campo Grande¹⁷. Nesse cenário histórico, negros e índios poderiam estar numa mesma condição frente a um inimigo comum, e segundo Mano¹⁸, “[...] isso deve ter feito estreitarem relações”. Portanto, a construção da identidade não é um processo unilateral, mas constitui-se imbricadamente ao choque entre lógicas culturais distintas, pois “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença¹⁹”.

Em face do exposto, o artigo pretende contribuir para romper com este-reótipos, estigmas e concepções sobre a perspectiva na qual foi, e ainda são inseridos índios e negros. Tratadas pela literatura científica como excludentes entre si, sendo que historicamente elas compartilharam experiências²⁰.

Os primeiros indícios

Durante o século XVIII a região onde hoje se situa o Triângulo Mineiro tornou-se estratégica para os interes-

ses da administração colonial, dado a necessidade de sua transposição para o acesso às regiões auríferas do centro-oeste brasileiro. Contudo, desde pelo menos a década de 1730, os viajantes e roceiros dos caminhos das minas de Goiás e Cuiabá sofreram com os sucessivos ataques Kayapó. Em um Registro de Bando datado de 1745 e assinado por d. Luiz de Mascarenhas se lê:

Os repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubo q'. Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q.'infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goiaz [...] matando e roubando aos Viajantes que vão, e vem, e aos roceyros insultandoos em suas próprias cazas, queymando-lhes citios, e os payoys em que tem recollido os seus fructos matandolhes também os seos escravos, cavallos, porcos, e mais criações havendo-se com tão bárbara crueldade, que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma [...] (D.I²²).

Nesse mesmo período, as autoridades coloniais também testemunham suas preocupações com os vários quilombos que se formavam na região. Por volta de 1770, inúmeras cartas escritas pelo mestre de campo regente Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares sobre a região de demarcação de

¹⁷ Sobre a história de negros aquilombados no Campo Grande, Cf. em: MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande* - a história de Minas que se devolve ao povo. Contagem: Santa Clara Editora e Produção de Livros, 2ª edição, 2008.

¹⁸ MANO, Marcel. Relações interétnicas e a história do contato: negros, índios e brancos no Triângulo Mineiro. In: *CD Room VI Seminário Racismo e Educação & V Seminário de Gênero, Raça e Etnia*. Uberlândia, 2010.

¹⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 6.

²⁰ CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. Negros e índios e índios e negros: introdução. In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin et. al. *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRRN, 2011, p. 7-22.

²¹ As citações extraídas dos documentos que constam neste artigo foram deixadas de acordo com sua ortografia original (sic), pois entendemos que, assim, matemos a fidelidade e a qualidade original dos documentos.

²² D.I. - *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol 22. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3. ed., 1913, p. 185.

“Sam Paulo e Goyaz”, mencionam o “terror dos negros q’infestão o Paiz [...] com terras o nome de campo Grde [...] tem çido até aqui abitação de feras e de Calhambolas, que vem a ser o msmo²³”. Perto do Piuhy no Rio Grande, esse mesmo mestre campo informa “motivos q` me fez intentar a difficil empreza de povoar estas terras desertas e incultas [...] desvanecida pela opozição de gentio brabo e quilombos de Negros que por todos os lados cercavão este Continente²⁴”.

Com base nesses documentos está claro que a região aqui em foco era área de perambulação e ocupação histórica dos Kayapó meridionais e paulatinamente também se transformou em reducto de negros fugidos da escravidão. Assim, com base na coexistência espacial, é fácil supor que houve relações históricas e culturais entre índios e negros durante esse período. As sucessivas notícias dos ataques Kayapó e das investidas dos negros, tornaram-nos inimigos declarados do poder colonial. De acordo com documentos do período, não só os Kayapó agiam como “costuma de sua barbaridade²⁵”, mas também

“em razão dos negros [os moradores] mal podem deyxar suas cazas²⁶” Uma síntese dessa visão pode ser observada na “Instrução que deve seguir João Leme do Prado na expedição de que se acha encarregado” para a abertura, em 1769, do caminho até Cuyabá:

O primeiro objetivo da presente expedição é abrir caminho até Cuyabá; o segundo examinar as formações de oiro pelos transitos por donde se passam, que tenham águas para se poder mineirar, para o que se mandará levar que haja demora, examinar tudo atentamente; o terceiro é ver se há alguns índios, ou ao menos se dispõe com suavidade, e se catequizam para se empreender o documento; o quarto finalmente, é ver se de caminho se encontram algumas lagoas de sal, ou sedá em algum Quilombo de negros, se destrõe na conformidade das ordens de sua magestade queimando lhe inteiramente as povoações e matando-se em termos de resistencia [...] Se os índios são bravios ou domésticos, os nomes das naçoens, no caso que se lhes perceba a língua e o número de povoaçoens, de que armas uzão, mais do que os aros se trassem sintas e armaduras; e os costumes mais gerais que tiverem e praticarem. Se fala ou não a língua geral; os rios de que dão notícia; as nações com quem se tem comunicação com alguns índios das outras capitánias vizinhas²⁷.

²³ Arquivo Conde de Valadares, - Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. Tejuco, 03/04/1770 - Biblioteca Nacional - secção de manuscritos 18.02.003 - doc 1.

²⁴ Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional - secção de manuscritos - microfilme I- 18.2.6 - doc. 7.

²⁵ CMD - 798. Carta do [governador e capitão-general de São Paulo] d. Luis de Mascarenhas ao rei [d. João V] sobre as atrocidades praticadas pelo gentio Cayapó contra os habitantes das zonas circunvizinhas de Vila Boa e acerca das medidas que tomou para evitar novas investidas. Vila Boa, 30/03/1742. *Centro de Memória Digital* da UNB. AHU-ACL-CU-008, cx. 2, d.179.

Disponível em www.cmd.unb.br/biblioteca

²⁶ Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional - secção de manuscritos - microfilme I- 18.2.6 - doc. 7.

²⁷ CATÁLOGO DE MANUSCRITOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. Instrução que deve seguir o João Leme do Prado na expedição de que se acha encarregado. *Biblioteca Publica Municipal do Porto*, Villa Bella, 1769, p. 8-11.

Os objetivos da expedição são explícitos no que tange ao avanço colonial, ou seja, a expansão geográfica focava-se, sobretudo, na extração e acúmulo de ouro e metais preciosos. Mas, para, além disso, o que está inscrito nas instruções a João Lemes do Prado coloca em foco as relações das frentes coloniais com índios e negros que, em princípio, parecem ser tratados de formas distintas, pois os aldeamentos indígenas não deviam ser sumariamente devastados, mas sim vistas antes às possibilidades de catequizá-los; enquanto as ordens são claras e categóricas no que se refere ao tratamento dos quilombos encontrados no percurso até Cuiabá, a destruição e a morte se houvesse resistência. Todavia, ambos aparecem igualmente como empecilhos ao objetivo de encontrar ouro, água para mineração, lagoas de sal e o mapeamento geográfico do caminho. E, por isso, se os negros fugidos deviam ser capturados ou mortos, o mesmo ocorreu com os índios, pois na perspectiva do expedicionário, caso os índios fossem mansos “se dispõe com suavidade, e se catequizam”; caso contrário justificava-se plenamente as guerras de extermínio, pois

[...] não se rendendo os ditos Gentios, e sendo tomado as mãos na pelleja os passarão a espada sem distinção ou diferença de sexo, só não executarão a d.^a pena de morte nos meninos e meninas de des annos p.^a baixo, porque estes os conduzirão a esta V.^a para delles se tirar o quinto de S.^a Mag. e os

mais se repartirem por quem tocar²⁸.

Assim sendo, embora legalmente tratados como categorias diferentes, na prática índios e negros fugidos tiveram, ao menos nesse caso, tratamento semelhante. Isto posto, qual seria o padrão de risco para que os ataques da expedição acontecessem? Segundo a carta de instruções a João Lemes do Prado, as leis da humanidade estariam legitimadas para as necessidades coloniais frente à expansão. Em outras palavras, se por um lado os expedicionários não tinham permissão de atacar caso os índios fossem pacíficos, por outro já estavam autorizados a insurgir com quaisquer ações violentas quando os índios se recusassem a dar apoio à incursão. Neste ponto, é fecundo discorrer sobre a observância de que ser bárbaro ou hostil era, na verdade, ser obstáculo aos planos coloniais. Isso decorre, evidentemente, da matriz do imaginário colonial na percepção da hostilidade. Mas como nas relações de contato não só os indígenas são postos a prova das concepções não índias, nas lentes dos gentios não seria um ataque iminente a pura e simples presença do não-índio? De ambas as partes, tais apreciações justificaram as ações nas relações de contato. Ao contextualizar os documentos²⁹ espera-se contribuir para questio-

²⁸ D.I. – *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol 22. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3. ed., 1913.

²⁹ CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et. al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Pe-

nar e provocar, à luz dos fatos históricos, o que está inscrito.

A partir desses primeiros índios, é possível afirmar que na região em foco, no século XVIII, os Kayapó meridionais e os negros fugidos compartilharam experiências. Não só coexistiram espacialmente, mas também ocuparam o lugar de inimigos e bárbaros no imaginário colonial e, por isso, sofreram sucessivos ataques e atacaram os agentes do poder colonial. De certo, estavam, pois, do mesmo lado em relação a um inimigo comum.

Entre o céu e a terra: uma identidade relacional?

Como mencionado, os documentos coletados apresentam fortes indícios da presença na região em foco de índios do tronco Jê, meridionais e centrais (sobretudo Kayapó), e de uma complexa rede de alteridades e identidades que esses índios mantiveram entre si, entre eles e os não-índios e, como o cerne desse artigo, entre eles e os negros fugidos da escravidão. Nesse sentido, podemos fazer algumas inferências sobre a inter-relação das duas etnias.

Assim, o cenário histórico do século XVIII, caracterizado pelos processos de expansão colonial, apresenta uma guerra declarada contra os Kayapó e negros quilombolas. Na leitura dos documentos da região do Campo Grande, notamos uma pluralidade de formas para descrever – desde as minúcias até

os aspectos mais gerais – os quilombos e as aldeias. Alguns documentos trazem tais temáticas como pano de fundo de alguma diligência eclesiástica, outros intermediados pela demarcação de limites e fronteiras e muitos tratando, apenas, de pôr fim a esses segmentos. Mas, no geral, transparecem uma semelhança fulcral: apresentam os índios Kayapó e os negros quilombolas como hostis, perigosos e bárbaros.

Quando se trata de designações referentes aos índios, a documentação usa a célebre dicotomia Tupi (dóceis, mansos) – Tapuia (bravos, selvagens), talvez mesmo porque associada ao contexto político e social na qual foi produzida. Como bem se sabe³⁰, essa suposta dicotomia é a imagem construída para a realização de uma série de oposições que passavam não só pelo imaginário colonial, mas pelas relações concretas do contato das frentes coloniais com diferentes índios. Os Tupi, escravizados e usados nas tropas e nas entradas, falantes da língua geral, amigos e mansos no contato com os não índios, serviram para se opor aos índios do sertão, livres, falantes de língua travada, inimigos e ferozes nas relações de contato. Por isso, contrários ou opostos aos Tupi, os Tapuia eram os índios dos sertões, aos quais pertenciam os grupos Macro-Jê e, entre eles, os Kayapó meridionais. Assim, se as expedições coloniais, por intermédio de “alianças”³¹ realizadas

tropolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

³⁰ MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

³¹ Tais alianças eram resultados do choque cul-

com os Tupi, de certa forma ajudaram a proliferar tal imagem, por meio dela, legitimaram também as guerras e dizimações dos índios bárbaros. Por isso, segundo Mano, a divisão Tupi - Tapuia estaria relacionada às “alegorias da colonização³²” que serviram de justificativas para as guerras contra índios hostis, em especial, os Kayapó.

Nesse contexto, os índios dos sertões, vistos como inimigos e a eles declarada guerra de extermínio e escravização, tiveram seus caminhos cruzados com negros fugidos que, a exemplo deles mesmos, também sofriam uma guerra de conquista. Ambos tinham suas liberdades ameaçadas e, dessa maneira, “[...] é provável que negros e índios tenham se percebido, apesar das diversidades, iguais em suas relações com o outro e isso deve ter feito estreitarem relações³³”.

Para Amantino³⁴, os quilombos eram percebidos como refúgio de negros atrevidos e indolentes, associa-

dos, em larga medida, à truculência e desumanização que estabeleciam no trato corriqueiro com outras pessoas. Da percepção dos agentes coloniais, os acontecimentos inscritos nas laudas das Cartas, datadas de 1718, do Conde de Assumar ao Rei de Portugal (1898) acentuam para o terror causado, por negros “calhambolas” e índios, ilustrado na ocorrência de muitos roubos, sequestros, apropriação das roças e ataques às aldeias da vizinhança.

[...] os damnos q' cauzaos os quilombos, sobre que me parece dizer a v. magestade que sem bem.^o de que eu tenho procurado dar toda a possível providencia a este mal, como os negros fogidos são mtos, cada dia estão rebentando por diversas partes e confiadamente se atrevem não só a infestar as estradas e os que andao por ellas, mas aos q' habitao nos sítios e rossas ainda visinhos as villas, levando-lhes de casa não so ouro e mantimentos mas couzas de menos importância e mais volume, por q' para tudo toma lugar o seu atrevimento³⁵. [...]

Entre outras, essas informações apontam para a urgência de dar cabo à situação, pois o documento expõe a imagem de brancos indefesos sucumbidos aos ataques atrozes e selvagens de negros quilombolas; portanto, os episódios são obviamente narrados de forma a legitimar os ataques aos quilombos. Somam-se a essas premissas justificadoras muitas palavras que colo-

tural entre as expedições colonialistas e índios Tupi, sendo que esses índios eram escravizados em prol dos interesses da colônia. Para mais informações, AMANTINO, Márcia. “O Mundo das Feras: Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII”. Tese de Doutorado, 2011. UFRJ, Rio de Janeiro.

³² MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. In: *Política e Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, Uberlândia, n. 34, abril de 2011, p. 197.

³³ MANO, Marcel. Relações interétnicas e a história do contato: negros, índios e brancos no Triângulo Mineiro. In: *CD Room VI Seminário Racismo e Educação & V Seminário de Gênero, Raça e Etnia*. Uberlândia, 2010, p. 5.

³⁴ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais* século XVIII. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. V, 426 f. Tese: Doutorado em História.

³⁵ ALMEYDA, Conde D. Pedro. Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, p. 251.

cam em relevo a proposta para acabar com os conflitos; pois era “para dar remédio aos insultos dos negros fogidos q’ andavam juntos em mocambos ou Quilombos³⁶”. O documento propõe a solução do problema como algo simples, seria tal como se procede com as bactérias e pragas, dando-lhes a devida medicação, e a dizimação dos quilombos tornar-se-ia então o remédio imediato. É relevante ressaltar que tais medidas seguiam uma ordem estrutural mais ampla, manter edificado o sistema escravocrata, sem medir esforços para dirimir e eliminar os empecilhos. Sob esse prisma, os negros são percebidos sem qualquer possibilidade de ação histórica autônoma, pois suas ações e reações só seriam refletidas em relação ao sistema escravocrata dominante na sociedade colonial. Porém, ao nos atermos nos pequenos indícios, capturando as *peça-fragmentos*, podemos [re] interpretar a narrativa. Nessa leitura, surgem então novas matizes que direcionam para uma lógica oposta à legitimada nos discursos oficiais acerca do período colonial.

Ao contrário do que se supunha, os dados aqui apresentados apontam que grande parte dos quilombos nessa região durante o século XVIII eram comunidades extremamente organizadas e em constante relação com o mundo exterior circundante, firmando alianças e trocas com diferentes sujeitos sociais. No Campo Grande durante o século

XVIII, Amantino³⁷ já sublinhou que no interior dos quilombos havia uma organização que respondia a determinados postulados hierarquizantes. As atividades germinadas no interior dessas estruturas não estavam soltas no ar, tinham um lastro com as categorias culturais e segmentos políticos e sociais dentro dessas agremiações, pois desde o início do XVIII se sabia “terem já os negros da Comarca do Rio das Mortes nomeado entre sy, Rey, Principe officiais militares³⁸ [...]”. Por serem grandes agremiações, os quilombos não poderiam se movimentar com o grupo todo, haja vista a necessidade de locomoção rápida para não serem capturados. As empreitadas que adentravam ao universo exterior seguiam também uma lógica estrutural interna, os negros “[...] juntando se em quadrilhas de vinte e trinta e quarenta armados e defendido das armas³⁹”. Ao que tudo indica, essas expedições eram planejadas *a priori*, obedecendo a critérios objetivados e a posições e papéis sociais assumidos, realizados e propagados ao longo de sua experiência histórica.

A região do Campo Grande não tinha os limites fronteiriços delimitados numa área definida ou contornos estabelecidos, situava-se mais ou menos dentre a Comarca do Rio das Mortes e a

³⁶ Idem, p. 251

³⁷ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais século XVIII*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. V, 426 f. Tese: Doutorado em História.

³⁸ ALMEYDA, Conde D. Pedro. Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal. *Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, 1898, p. 263.

³⁹ Idem, p. 251.

Comarca do Rio das Velhas, por outras palavras, o sertão oeste da Capitania de Minas Gerais. Cenário de lutas diárias travadas por negros e índios, a região do Campo Grande abrigou um dos quilombos mais conhecidos na literatura historiográfica; o Quilombo do Ambrósio⁴⁰ ou do Campo Grande. O imenso número de negros presentes nessa região e a recorrente fuga dos escravos para os quilombos causavam o temor na população local. “[...] No rio das Mortes por ser Comarca menos povoada de gente branca andava os negros mais confiados, porq’ descaradamente falavao aos brancos ameaçando-os com o tempo da sobelevação⁴¹. [...]”. Nesse sentido, nas cartas aos dirigentes da Coroa Portuguesa figuravam os suplícios dos moradores das vilas que narravam os episódios de conflito e solicitavam medidas para acabar com esse suposto mal. A carta endereçada ao rei de Portugal, assinada pelo Conde de Assumar, referia-se, por analogia, aos ocorridos da Comarca do Rio das Mortes a um quilombo historicamente conhecido “[...] temos aqui alguma semelhante aos Palmares de Pernanbuco, (o q’Deos não queira⁴²) [...]”. Outro documento no qual se narra os infortúnios ocorridos no Campo Grande, menciona

também a existência do Quilombo do Ambrósio “[...] Sam Joam de El Rey e Sam Jozé, Marchando com fieis guias o Esquadram e o Capitam Manoel de Souza Portugal accometerão ao grande quilombo Ambrozio⁴³ [...]”. Articulados, esses fatos mostram que a região em foco era, no período colonial, um espaço de moradia, de hábitos, regras e de vivência e convivência de uma diversidade de pessoas e etnias.

É notório acentuar que a imagem perpetuada por anos relacionava o quilombo como moradia e espaço de convivência, apenas, de negros. Contudo, não podemos cristalizar a diacronia delimitando esse espaço somente a composição de negros fugidos da escravidão. Parece-nos, a questão vai para além disso. Há fortes indícios que dentro dos quilombos, suas nuances eram expressas, sobretudo, pela presença de índios que habitavam a região. Há casos claros em que se pode dizer que os quilombos tinham forte influência indígena. Em geral, a localização dos quilombos era próxima a rios, as casas dispostas ao redor de uma praça central, e no espaço externo cultivavam a agricultura e praticavam a caça e coleta, denotando claras semelhanças com o modo de vida indígena. Mais adiante, nas batalhas com as frentes de expansão, os negros utilizaram tanto armas saqueadas nas vilas, como armadilhas nas matas, “ora com características africanas, ora

⁴⁰ A alcunha refere-se a um grande líder do Quilombo do Ambrósio ou do Campo Grande. Ver mais em, AMANTINO, Márcia. “O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII” Tese de Doutorado, 2011. UFRJ, Rio de Janeiro.

⁴¹ ALMEYDA, Conde D. Pedro. Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, p. 263.

⁴² Idem, p. 252.

⁴³ SYLVA, José Custódio da. Carta da Camara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a cerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1897, p. 376.

com marcante presença indígena⁴⁴. Denota-se, então, um panorama de cruzamentos em termos de técnicas de subsistência, de guerra e luta, dos quais negros quilombolas incorporam artefatos e conhecimentos indígenas. Assim, podemos evocar interseção entre as técnicas, os conhecimentos e a identidade de negros e índios, imbricadas de tal maneira a construir uma complexa rede de alteridade e identidade.

Tratando-se da região do Campo Grande e do período histórico, um relato parece-nos fulcral para afirmar a coexistência de negros fugidos da escravidão com os índios Kayapó. Em carta de Jozé Antonio F. e Andrada de 11/07/1760 e endereçada ao conde de Bobadela⁴⁵, o mesmo relata três partidas do capitão do mato em busca de quilombos. Nas duas primeiras os quilombos são atacados e neles são feitos prisioneiros. Porém, a terceira, não consegue atingir seu alvo, pois é repelida por um contra ataque fulminante.

[...]Um das outras partidas trouxe quatro negros e uma cabeça; a outra diz o Cap. domato q' atacando um Quilombo de negros se saíram ao encontro uma grande povoasam degentio q' instantaneamente os rebateo com uma grande numero deflexas deq'ficaram

três cap.domato firidos e dois com duas flexas perto do pescoso emgrande perigo devida. Se atacar este quilombo seperpara mayor numero de gentes pois sepersuadem todos q'os ditos calhambolas secobrem com esta povoasam de gentio⁴⁶[...]

Essa citação ilustra não só um contato direto entre negros fugidos da escravidão e índios; mas também um processo de aliança entre ambos. A expedição, ao atacar um quilombo de negros, é surpreendida quando uma grande povoação de gentios saiu na defesa dos negros atingindo mortalmente ao menos cinco capitães do mato. Por isso, o relato termina salientando que os ditos quilombolas se ocultam com esta povoação de gentio. Assim, está claro que índios e negros mantiveram contato e firmaram alianças. Nesse ataque preciso, imediato e eficaz, os índios usaram de táticas e estratégias de guerra conhecidas, ferindo e matando os agentes do poder colonial e, consequentemente, protegendo os negros quilombolas. De acordo com uma copiosa documentação, os ataques Kayapó às frentes de expansão colonial eram, como estes, exatos e infalíveis. Até aí nenhuma novidade, pois, de fato, os Kayapó meridionais, quando podiam, atacavam, matavam e roubavam porque essa parece ter sido a forma relacional e simbólica desses índios manterem contato com o mundo exterior. A novidade repousa, pois, nas alianças com negros quilombolas.

⁴⁴ AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais* século XVIII. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001, p. 147. V, 426 f. Tese: Doutorado em História.

⁴⁵ APM SC 130 - Registros de cartas do Governador ao 1º Conde de Bobadella e de outras autoridades, petições e despachos, representações, bandos, termos, instruções. *Arquivo Público Mineiro* Seção Colonial, manuscritos, Documentos encadernados códice 130.

⁴⁶ Idem, p. 09

Isto posto, uma questão se coloca na confluência do contato dos Kayapó com seus diferentes outros. Se a principal estratégia de contato desses índios com o mundo exterior foi mediado pela guerra enquanto elemento de reprodução e transformação de sua cultura, porque matavam escravos, brancos, outros grupos indígenas e não dizimavam os negros quilombolas? Qual o critério manifesto na predação? Refere-se a uma operação distintiva aleatória? Aliado aos dados históricos e às relações de alteridades estabelecidas pelos Kayapó com seus diferentes outros, notamos vestígios empíricos no trato com negros quilombolas que desvelam operações simbólicas mais amplas.

De fato, quando se tratavam de inimigos, categoria a qual não deviam pertencer os negros quilombolas, as estratégias de contato seguiam da morte aos espólios da guerra, como apropriação e incorporação de bens materiais do mundo exterior para o mundo interior. Ao que tudo indica, no século XVIII as estruturas de relação com o mundo exterior adotadas pelos Kayapó meridionais tinham um fundo simbólico. Por meio dela os Kayapó matavam e saqueavam seus inimigos, tal como no tempo mítico seus heróis fizeram com o mundo exterior da natureza. Em várias narrativas os Kayapó atuais reconhecem que conhecimentos, técnicas e traços culturais lhes foram concedidos ou eles tomaram de seres exteriores à sua sociedade, num claro dualismo ente interior e exterior. Tal processo cria um

regime de identidades (mundo interior) e de alteridades (mundo exterior) no qual a incorporação do exterior se dá vis-à-vis à construção do interior. Neste caso, os inimigos históricos, tal como os inimigos míticos, serviram para a captura de bens simbólicos e materiais que contribuíram para a produção do interior⁴⁷.

Mas as possíveis associações da guerra histórica com a predação mítica não explicam as alianças com os quilombolas. Parece que esse modo de vida relacional associado aos Kayapó e os grupos Jê em geral que os fecham em si (nós – outros; amigos – inimigos) não funciona para alguns dados históricos. Assim, pode haver num primeiro momento a reprodução da estrutura, isto é, o fato histórico do contato foi avaliado a partir de uma estrutura de significação. Contudo, até onde é possível indicar, parece não haver uma uniformidade nas relações de contato dos Kayapó meridionais no século XVIII com os diferentes outros que habitavam o seu universo exterior. Por isso, ao invés de uma rigidez para o modo de vida simbólica e relacional, está a se propor a coexistência, no contato, de lógicas culturais distintas a depender do contexto e das categorias sociais envolvidas. E isso representa que a manutenção da estrutura coexiste com a transforma-

⁴⁷ MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. In: *Política e Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, Uberlândia, n. 34, abril de 2011, p. 193-212.

_____. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. In: *Tellus, Campo Grande*, ano 12, n. 22, jan./jun. 2012, p. 133-154.

ção. Logo, a cultura é historicamente ordenada tanto quanto a história é culturalmente ordenada⁴⁸.

No período colonial, tal como na dicotomia tupi-tapuia para a classificação dos grupos indígenas, era recorrente a classificação dos negros no imaginário social. Havia, por um lado, os negros que não eram submissos a lógica do colonizador e, muitas vezes, fugiam para os quilombos e atacavam vilas e povoações, e havia, por outro, negros considerados condizentes aos objetivos de seus senhores e, portanto, vistos enquanto dóceis e de fácil domesticação. Era, como se disse, algo semelhante ao que ocorria no universo indígena. Índios Kayapó eram designados enquanto bárbaros hostis e violentos, ao passo que outros grupos indígenas eram considerados mansos e brandos frente aos interesses coloniais. Negros quilombolas eram considerados da mesma forma que os Kayapó, enquanto outros negros eram mansos.

Estes últimos são recorrentes na figura de capitães do mato nas expedições coloniais. O paradoxo é que a ponta de lança do poder colonial contra índios bravos e negros quilombolas eram categorias sociais que travestiam os interesses dos brancos num corpo não-branco. Isto é: o ofício de capitão de mato não era uma incumbência, somente dos brancos, mas antes atividade exercida empiricamente por índios,

negros ou mulatos que agiam consoantes aos interesses da Coroa. Grandes concededores das matas, florestas e campos, forneciam seus serviços para a captura de negros fugidos por meio do ataque aos quilombos e aldeias de índios bárbaros. Talvez por isso e devido a essa conjuntura histórica, negros e índios realizavam alianças, dividiam moradas e se protegiam mutuamente e, certamente, teriam cingido às relações frente a um inimigo comum.

Nesse sentido, aceitamos a proposição de Franz Boas citado na obra de Roque de Barros Laraia, “os universos mitológicos são destinados a ser pulverizados mal acabam de se formar, para que novos universos nasçam de seus fragmentos⁴⁹”. Com efeito, a dimensão aí sublinhada resgata uma tradição dinâmica, na qual o ato de constituição se imbrica com o de pulverização. Assim, parece que o ideal de bravura e guerra dos Kayapó em suas relações com o mundo exterior é pulverizado implicitamente na categorização dos negros quilombolas. Se muitos outros que povoam o universo não-kayapó são inimigos; negros fugidos parecem ser amigos e aliados.

Assim, é razoável supor que a bravura não advém de um mecanismo interno do universo Kayapó, manifesta-se justamente nas relações míticas e históricas entre o mundo interior e o mundo exterior. Projetados para o século XVIII,

⁴⁸ SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história no reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

⁴⁹ LARAIA, Roque de Barros. Claude Lévi-Strauss, quatro décadas depois: as mitológicas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, fev. 2006, p. 167.

esse mundo exterior pode ser transfigurado nos agentes do poder colonial, nos negros escravos e índios domesticados, com ténues graus de categorização por parte dos Kayapó. As alianças étnicas com negros calhambolas, e não com negros escravos e índios domesticados, tem a ver com a produção ontológica do sistema relacional Kayapó que enleia o parâmetro de bravura. Assim, Kayapó e negros fugidos estão lutando contra um mesmo inimigo. No contexto do século XVIII esses inimigos são as expedições coloniais e os capitães de mato com as investidas para a dizimação tanto de Kayapó quanto de negros fugidos e seus quilombos.

Portanto, o fato é que os encontros históricos dos Kayapó com os diferentes outros durante o século XVIII na região em foco apontam para diferentes estratégias de ação e para a coexistência de diferentes regimes relacionais e simbólicos, o que, efetivamente, nos leva a suposição de construção de uma identidade não fixa ou substancial, mas relacional, contextual, histórica e social, pois depende das circunstâncias e dos sujeitos sociais envolvidos.

Chegado a este ponto é possível concluir, com base nos indícios históricos apresentados, que os Kayapó meridionais mantiveram no XVIII uma complexa rede de alteridades e identidades que coexistiram. A relação desses índios com seu universo exterior se insere numa complexa rede de relações e numa identidade relacional, a depender das conjunturas históricas e dos ténues

graus de diferenciação social. Nesse sentido, negros e índios, enquanto sujeitos históricos, poderiam sim terem se percebido frente a inimigos comuns e por ai terem realizado alianças, tais como a que acabamos de evidenciar.

Referências

Fontes documentais

ALMEYDA, Conde D. Pedro. Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, p. 251-266.

APM – SC – 130 - Registros de cartas do Governador ao 1º Conde de Bobadella e de outras autoridades, petições e despachos, representações, bandos, termos, instruções. *Arquivo Público Mineiro - Seção Colonial*, manuscritos, Documentos encadernados - códice 130.

Arquivo Conde de Valadares, - Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. Tejuco, 03/04/1770 - Biblioteca Nacional – secção de manuscritos 18.02.003 – doc 1.

Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional – secção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 7.

Arquivo Conde de Valadares. MS 575 (1). Carta de João Pinto Caldeira ao Conde de

Valadares, Serra Negra, 03/10/1770. Biblioteca Nacional – seção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 78.

CATÁLOGO DE MANUSCRITOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. Instrução que deve seguir o João Leme do Prado na expedição de que se acha encarregado. *Biblioteca Publica Municipal do Porto*, Villa Bella, 1769, p. 8-45.

CMD – 798. Carta do [governador e capitão-general de São Paulo] d. Luis de Mascarenhas ao rei [d. João V] sobre as atrocidades praticadas pelo gentio Cayapó contra os habitantes das zonas circunvizinhas de Vila Boa e acerca das medidas que tomou para evitar novas investidas. Vila Boa, 30/03/1742. *Centro de Memória Digital* da UNB. AHU-ACL-CU-008, cx. 2, d.179. Disponível em www.cmd.unb.br/biblioteca

D.I. – *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol 22. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3. ed., 1913.

SYLVA, Jozé Custódio da. Carta da Camara de Tamanduá à Rainha Maria 1^a a cerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1897, p. 372-388.

Fontes bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultural*

nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDRADE, Ugo M. Nas matas do boraxudo: rotinas quilombolas e antiquilombolos no Sul da Bahia (século XIX). In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin *et. al. Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011, p. 67-100.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais - século XVIII*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. V, 426 f. Tese: Doutorado em História.

CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. Negros e índios e índios e negros: introdução. In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin *et. al. Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011, p. 7-22.

CARVALHO JUNIOR, Almir D. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). *Revista de História* São Paulo n^o 168, p. 69-99, jan/jun 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et. al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989, p. 143-179.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro 1(1) 1988.

LARAIA, Roque de Barros. Claude Lévi-Strauss, quatro décadas depois: as mitológicas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, fev. 2006.

MANO, Marcel. Relações interétnicas e a história do contato: negros, índios e brancos no Triângulo Mineiro. In: *CD Room VI Seminário Racismo e Educação & V Seminário de Gênero, Raça e Etnia*. Uberlândia, 2010.

_____. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. In: *Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia*, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010.

_____. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. In: *Política e Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, Uberlândia, n. 34, abril de 2011, p. 193-212.

_____. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. In: *Tellus*, Campo Grande, ano 12, n. 22, jan./jun. 2012, p. 133-154.

MARTINS, Tarcísio José. O Ambrósio de Ibiá – tombamento equivocados. In: *Quilombo do Campo Grande - a história de Minas que se devolve ao povo*. Contagem: Santa Clara Editora e Produção de Livros, 2. ed., 2008, p. 301-315.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Campinas, UNICAMP, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. In: *Estud. av.*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história no reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 311–338.